



Ver no site!



Danos causados pelas prospeções nos baldios de Covas do Barroso

UNIDOS EM DEFESA DE COVAS DO BARROSO



Boticas | Portugal

Mina do Barroso

O projecto pretende transformar uma pedra inactiva numa mina de lítio a céu aberto que afectaria uma grande área na região. O processo de atribuição da licença incorreu em numerosas violações em termos de participação e transparência enquanto a Comissão Europeia, o governo nacional e a empresa mineira se empenharam em intensos esforços de engenharia social.

Ficha do projeto

Estado: **Projecto de mina a céu aberto**

Concessão: **DGEG C-100 ; CC-DM-032**

Desde 2006 mateve-se aparência de atividade numa pequena pedra para conservar uma licença de exploração. Desde 2017 a atenção centrou-se em transformar e obter autorizações para um grande projecto de mineração de lítio a céu aberto, para o qual foram feitas perfurações intensivas e esforços de engenharia social.

Minaerais

Lítio

Feldspato

Quartzo

Infracções ambientais

Falta de recuperação Impactos em áreas/espécies/habitats protegidos

O projecto da mina Barroso situa-se no interior de uma área designada como Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial pela ONU-FAO e os rios circundantes albergam o mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*), gravemente ameaçado de extinção. O projecto afectaria também as populações da libelinha *Macromia splendens*, designada como vulnerável.

O projecto prevê a exploração a céu aberto de uma série de depósitos de lítio contíguos, em furos de até 600 por 500 metros e 150 metros de profundidade, extraindo 27 milhões de toneladas de rocha. As populações mais próximas estão apenas a 200 metros da área concedida.

As deficiências técnicas do projecto foram examinadas numa audição especial do Parlamento Europeu, onde o projecto de barragem de rejeitos com 193 metros de altura foi considerado 'altamente experimental' e um exemplo de 'criatividade imprudente'. A barragem armazenaria 50,1 milhões de toneladas de resíduos rochosos e 14,0 milhões de toneladas de rejeitos, tornando-a a maior barragem de rejeitos filtrados do mundo. Se a barragem falhasse, a sua ruptura libertaria 8,5 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minas com uma distância de fluxo de 86 quilómetros, produzindo impactos em numerosas comunidades ao longo dos rios Tâmega e Douro.

Durante a fase de exploração, realizou-se uma extensa campanha de perfuração sobre terras comunitárias. No entanto, a Savannah Resources não restaurou as terras afectadas. Foram efectuadas 135 perfurações entre 2017 e 2018, referidas pela população como exploração agressiva e não autorizada em terrenos não pertencentes à empresa mineira.

Um geólogo português considerou estes trabalhos 'exploração suja' e 'enxames de sondagens de exploração' sem precedentes

na história da exploração mineira portuguesa, ironicamente designados 'paliteiro de sondagens', para referir a perfuração excessiva em áreas de depósitos já conhecidos, não justificada por necessidades técnicas mas por uma intenção de empurrar os preços das acções através de comunicados de imprensa.

Licenciamento e avaliação de impacte

Licenciamento ou operação ilegal Falta de supervisão administrativa

Em 2006, uma empresa portuguesa de cerâmica recebeu uma licença de exploração mineira de feldspar e quartzo numa área de 142 hectares a sul da aldeia de Covas do Barroso. A mina projectada nunca abriu. Apenas pequenas quantidades de rocha foram extraídas para manter a licença activa, mas a Administração não rescindiu o contrato.

Em 2008, a área concedida foi alargada para 542 hectares para explorar sete pedreiras, mas o projecto nunca avançou. Em 2017 foi iniciado o processo de extensão da área concedida com um novo projecto de extracção de lítio. O procedimento de AIA foi contestado por falta de transparência. A Junta de Freguesia contestou em tribunal tanto o alargamento da área da concessão como o seu âmbito para incluir o lítio.

Apesar de o Relator Especial das Nações Unidas ter alertado anteriormente que o projeto pode constituir uma zona de sacrifício incompatível com o direito humano a um ambiente saudável e que grandes projectos de extração de recursos como a Mina do Barroso podem violar os direitos humanos em nome da transição verde, [x][x] a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) emitiu uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicional em maio de 2023.

Direitos civis e contra-insurgência corporativa

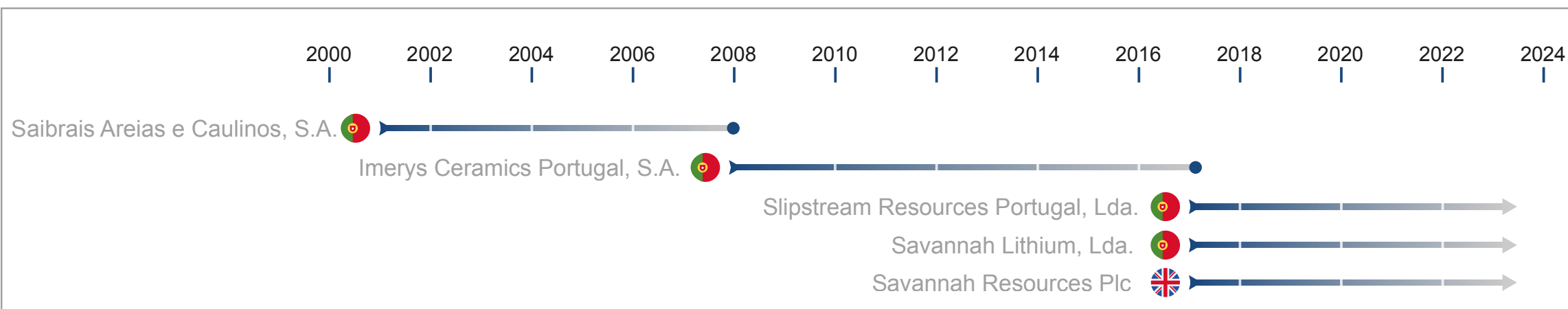
Obstáculos ao acesso à informação Obstáculos na participação pública

Expropriação ou ocupação de terras Engenharia social

Lawfare (repressão jurídica)

As autoridades portuguesas recusaram-se a fornecer atempadamente informação ambiental durante o processo de AIA,

Proprietários



limitando as possibilidades de participação informada, mesmo após uma decisão da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA). A empresa também se recusou a fornecer informação às ONGAs. Em resposta, foram iniciadas acções perante os tribunais portugueses e o Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus da ONU.

Numa audiência especial do Parlamento Europeu, a Mina do Barroso foi referido como um caso em que 'as populações são confrontadas com campanhas maciças de relações públicas'. A Savannah Resources iniciou uma campanha agressiva de relações públicas, incluindo uma presença extensa dos meios de comunicação social, que levou a sanções por parte da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Em Fevereiro de 2022 Savannah criou a Fundação Lítio Barroso com um património inicial de 250.000 euros para 'desenvolver projectos educativos que promovam as potencialidades do lítio; saúde da população local; cuidados aos idosos; ambiente e património; promover a inovação e o desenvolvimento empresarial ou económico social e cultural'. Anteriormente, já tinha patrocinado equipas desportivas locais e promulgado um Plano de Partilha de Benefícios de 6 milhões de euros.

A população local denunciou que o acesso às terras comunitárias para as prospecções aconteceu sob ameaças de acções legais contra qualquer pessoa que se opusesse à presença da empresa. Foi também interposta uma acção judicial pela assembleia de compartes dos baldios contra a empresa mineira por tentativa de usurpar parte do seu território.

Savannah Resources está listado como beneficiário no projecto Horizon Europe EXCEED sobre a valorização de subprodutos minerais e metálicos da exploração do lítio. O projecto financiado pela Comissão Europeia inclui investigação sobre como melhorar a aceitação pública dos projectos através do envolvimento com o público e estratégias sobre Licença Social para Operar (SLO). Em 2020, investigadores envolvidos e a metodologia empregue foram considerados não científicos e manipuladores por investigadores de justiça ambiental e ONG locais e internacionais.

Financiamento público

Financiamento da UE

Savannah recebeu financiamento do EIT RawMaterials em 2019. Em 2020 a EIT InnoEnergy e Savannah celebraram um 'Acordo de Serviços de Valor Acrescentado' para ajudar a Savannah a assegurar o financiamento para desenvolver o projecto Mina do Barroso. Savannah também faz parte do consórcio do projeto EXCEED financiado pelo programa I&D Horizon Europe da UE.

Utilização de mecanismos de queixa

Queixas / recursos administrativos Mecanismos internacionais

Após a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ter recusado o acesso à informação ambiental durante a avaliação de impacto ambiental, foram apresentadas várias queixas à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), que determinou que o acesso à informação deveria ser facultado.

As violações relativas ao acesso à informação ambiental e participação pública foram também levadas ao conhecimento do Parlamento Europeu, e do Comité de Cumprimento da Convenção de Aarhus da ONU, que abriu um processo para examinar o potencial incumprimento por parte de Portugal. As deficiências técnicas do projecto foram também examinadas numa audiência especial do Parlamento Europeu. O projecto Mina do Barroso foi objecto de várias questões parlamentares na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, bem como de duas petições no parlamento português. A Câmara Municipal de Boticas também aprovou uma moção contra o projecto mineiro.

Referências e mais casos em minob.org. Pode digitalizar o código QR no topo para acesso direto à página deste caso.



Manifestação em Boticas, 2021

MUNICÍPIO DE BOTICAS